

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.391 - SP (2019/0267225-5)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : CAFÉ ÁUREO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - MICROEMPRESA
REPR. POR : JULIO CESAR DE OLIVEIRA
ADVOGADO : OSVALDO LUIZ DE OLIVEIRA - SP209663
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO CARMINATTI - SP073573
GLÁUCIO HENRIQUE TADEU CAPELLO - SP206793

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por CAFÉ ÁUREO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. E OUTRO contra decisão monocrática de fls. 135-165 proferida pelo Ministro Presidente do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, nos seguintes termos:

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

(...)

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Nas razões do agravo interno (fls. 137-143), os recorrentes sustentam, em síntese, que a decisão agravada deve ser reconsiderada, pois "O texto decisório do Relator combatido, além de não ter amparo na legislação processual, estimula a litigiosidade, amplia o objeto dos recursos e produz efeito inverso, aumentando a quantidade de recursos, ao invés de diminuí-los".

Acrescentam que se buscou infirmar todos os fundamentos da decisão atacada, "...ainda que a impugnação de apenas um deles fosse, em tese, apta a conduzir a

reforma da decisão recorrida".

É o relatório.

Decido.

2. Analisando as razões do agravo em recurso especial de fls. 116-122, percebo que, de fato, houve a devida impugnação dos fundamentos utilizados pela Corte de origem para inadmitir o recurso especial.

Sendo assim, reconsidero a decisão ora agravada, em juízo de retratação, impondo-se uma nova análise da insurgência.

3. Trata-se de agravo interposto em face de decisão que não admitiu o recurso especial, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - Cabimento quanto a matérias de ordem pública, que independem de dilação probatória - Execução de título extrajudicial - Contrato bancário - Ausência de título executivo e impossibilidade de cobrança de juros superiores a 12% ao ano - Não ocorrência - Rejeição:

- Apenas é cabível o manejo da exceção de pré-executividade para a veiculação de matérias de ordem pública e que independem de dilação probatória, como no caso, em que alegada a ausência de título executivo e impossibilidade de cobrança de juros superiores a 12% ao ano, ainda que a exceção deva, no caso, ser rejeitada.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 87-95), os agravantes alegam, em síntese, que o acórdão recorrido viola a lei federal, pois inexistente título hábil a instruir o procedimento de execução, motivo pelo qual entendem que a ação deveria ser extinta.

Contrarrazões às fls. 104-111.

É o relatório.

Decido.

4. A irresignação não prospera.

Cumprido esclarecer que, considerando que o recurso especial tem como escopo a defesa da higidez do direito objetivo e a unificação da jurisprudência em matéria infraconstitucional, é imprescindível que a parte recorrente exponha precisamente os dispositivos legais supostamente violados pela instância de origem.

Na hipótese dos autos, nota-se que **não houve indicação clara** dos artigos de lei que teriam sido contrariados, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF.

Vale salientar que, conforme orientação desta Corte Superior, "a mera menção a dispositivos de lei federal ou mesmo a narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal" (REsp

1.672.425/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 08/08/2017, DJe 12/09/2017).

Ainda nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO MAL EXECUTADO. REEXAME DE PROVA. VALOR DO DANO MORAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO.

1. Não se admite o recurso especial quando sua análise depende de reexame de matéria de prova (Súmula 7 do STJ).

2. Não se conhece do recurso especial quando a deficiência de sua fundamentação impedir a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284 do STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 843.786/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. MERA REFERÊNCIA OU TRANSCRIÇÃO DO DISPOSITIVO. SÚMULA 284 DO STF.

1. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a falta de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal de cuja interpretação o acórdão impugnado divergiu implica deficiência na fundamentação do recurso especial. Inteligência da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. A mera referência ou transcrição do dispositivo supostamente ofendido não supre a deficiência argumentativa do apelo extremo, já que caberia ao recorrente mencionar, de forma inequívoca, os motivos pelos quais a interpretação dada pelo acórdão impugnado viola ou nega vigência aos preceitos legais eventualmente mencionados. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 518.665/TO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 09/02/2017)

É necessário que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional **sejam particularizados de forma inequívoca** os normativos federais supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada.

O não atendimento quanto à indicação clara e precisa de como se teria dado violação aos dispositivos legais arrolados configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Isso porque a controvérsia a ser tratada no recurso especial, sob a baliza da alínea "a" do art. 105, inc. III, da CFRB, respeita solver discussão quanto à contrariedade ou negativa de vigência perpetrada pelo tribunal *a quo* à

legislação ou tratado federal em sua aplicação ao caso concreto.

Advirta-se que o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação e como se teria dado essa violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara como teria ocorrido a violação do dispositivo legal que entende vulnerado.

O mero inconformismo não oferece os subsídios constitucionalmente exigidos para o julgamento do recurso especial, pois a falta de demonstração clara e específica de possível violação de normativo infraconstitucional (argumentação deficiente) esvazia o sentido da controvérsia a ser dirimida nos termos impostos pelo art. 105, III, "a", da Constituição Federal (conferindo incompreensibilidade à questão), o que torna apropriada a aplicação, dada sua inteligência, da Súmula 284/STF.

5. Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência desta Corte proferida às fls. 134-135. Todavia, pelas razões acima aduzidas, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator